

Educação desprezada

A composição do futuro Ministério não favorece às esperanças depositadas na candidatura Tancredo Neves e transforma o seu "slogan" de campanha — Muda, Brasil — num mero anúncio ocasional. Claro que para alguns o Governo que se inicia é sempre melhor do que outro em declínio. Não seria, também, muito difícil suplantar o atual Governo, que se arrasta em seus últimos dias tão mediocrementemente quanto foi seu período. Os poucos que ainda trabalham são as exceções inevitáveis e servem para dar a impressão de que o Governo continua existindo.

Nesse quadro melancólico e cinzento seria de se esperar que o anúncio do novo Ministério fosse saudado pela Nação como o começo da redenção sonhada durante muitos anos. Na realidade, não foi assim. O Ministério Tancredo Neves não teve ressonância e está como que superado pelo Carnaval. Não é justo, porém, afirmar como o senador Roberto Saturnino, um dos mais brilhantes parlamentares, que, além de continuista, o Ministério defenderá as multinacionais e manterá a submissão ao FMI. Pode ser que isto ocorra, mas um julgamento antecipado é sempre perigoso.

Como no famoso soneto do padre Antônio Thomaz, os contrastes ministeriais são tantos que as esperanças já começam a ficar para trás. E preciso, no entanto, aguardar um pouco, pois no Ministério, para citar apenas os gaúchos, há personalidades como Paulo Brossard e o senador Pedro Simon, que merecem o respeito de toda a Nação. A ida de Brossard para o Ministério da Justiça é uma garantia de que todos serão iguais perante a lei e de que os casuismos não perderão.

O senador Pedro Simon tem sido, ao longo de seu mandato, extremamente preocupado com as questões agrárias, abordadas em sucessivos discursos que não obtiveram a ressonância justa porque existe um desprezo geral para com o setor agrícola. Nesta sociedade urbana, educada pelas novelas, impulsionada pelos sonhos lotéricos e caracterizada pela impunidade dos corruptos, trabalhar no campo, regar a terra com o suor do rosto, é uma maldição.

Fosse outra a concepção sobre a importância da área rural, inclusive dos

meios da comunicação, e estaria hoje o País a debater o anúncio do presidente Tancredo Neves de que pretende realizar a reforma agrária — bastaria, a meu ver, aplicar o Estatuto da Terra do ex-presidente Castello Branco — e o significado da escolha para o Ministério da Agricultura do senador Pedro Simon, digno substituto de Alberto Pasqualini. Poucos discutem a indicação porque quase todos vinculam o Ministério da Agricultura somente a escândalos como o do reforestamento no Paraná ou o BNCC. Simon, no entanto, é de outra estirpe.

O que estarrece na formação do Ministério Tancredo Neves é o desprezo com que vem sendo tratada a questão educacional. E preciso limitar a ação política do senador Marco Maciel, que não aceitou a presidência do Senado? A solução é insistir em que ocupe o Ministério da Educação (o da Cultura sairá) e manter-se o cargo em aberto para a hipótese de condescender em participar do futuro Governo.

Não mudará o Brasil, como prometeu o candidato Tancredo Neves, se não houver uma alteração radical no ensino brasileiro. Na segunda metade do século passado, o fundador da dinastia Meiji compreendeu que o Japão somente se tornaria uma potência mundial se investisse maciçamente na educação. Os reflexos desta visão de estadista constituem hoje o milagre japonês.

No Brasil, a situação, infelizmente, é totalmente oposta. O magistério faz greve enquanto a ocupante da pasta recebe o merecido título de a mulher mais elegante do ano; o Congresso aprova uma emenda determinando aplicação de percentuais mínimos na educação e o Governo não cumpre a Constituição; o número de analfabetos cresce enquanto o Mobral dedica-se às atividades mais diversas; o ano letivo está cada vez mais reduzido; o magistério recebe salários indignos etc...

Apesar de todos esses fatos, o governo Tancredo Neves começa transformando o Ministério da Educação em resto da partilha política. O pior é que sabemos todos como as universidades estão agitadas e de que as greves estourarão até maio.

JOÃO EMILIO FALCÃO